



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

18 de junho 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sua Vida	Data: 18/06/2015
Assunto: Plano Estadual de Educação		Página: 25

DIÁRIO CATARINENSE

PLANO DA EDUCAÇÃO

Passará por três comissões antes de ir à votação o Plano Estadual de Educação, encaminhado à Assembleia na terça. Estados e municípios têm até dia 24 para aprovar leis e se adequar ao plano nacional. Entre os municípios catarinenses, 75 já aprovaram, mas 48 estão bem atrasados. Os mais críticos são Massaranduba, Corupá e Timbó.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 18/06/2015
Assunto: Plano Estadual de Educação		Página: 27

Notícias do Dia

Correção

O secretário Eduardo Deschamps garante que o Plano Estadual de Educação está dentro do prazo. Até porque, a lei determina o dia 24 para a elaboração do plano, e não para sua aprovação. Inclusive comunicou ao Ministério da Educação que a propaganda que vem sendo divulgada está em desacordo com a lei. Ou seja, o Estado está dentro do prazo. Deschamps defende que haja tempo hábil para um debate mais consistente e que permita aprimoramentos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 18/06/2015
Assunto: Transporte escolar		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Transporte escolar terá de oferecer cadeirinha, diz Contran

Data para exigência começar a valer ainda não foi divulgada.

Até então, lei só valia para carros de passeio.

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) vai obrigar transportes escolares a ter cadeirinha para crianças de até 7 anos e meio. A obrigatoriedade foi decidida em reunião nesta quarta-feira (17) e uma resolução, que vai determinar a data para a exigência começar a valer, será publicada nos próximos dias.

Desde 2010, a lei obriga que crianças de até 1 ano sejam transportadas no bebê-conforto. As que têm entre 1 e 4 anos, em cadeirinhas com encosto e cinto próprio. Os assentos de elevação, que utilizam cinto de segurança que ficam na altura do pescoço da criança, devem ser usados para menores de 4 a 7 anos. Até então, a regra valia para carros de passeio, e não para transporte coletivo, como vans e ônibus, de aluguel, táxis e os demais com peso bruto superior a 3,5 t.

Continuarão desobrigados de oferecer cadeirinha vans e ônibus que não sejam de transporte escolar e táxis.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 18/06/2015
Assunto: Pronatec		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Pronatec Jovem Aprendiz vai atender estudante do ensino regular, diz Dilma

*Ela cobrou ministros para que programa seja lançado no próximo mês.
Governo vai bancar treinamento de aprendizes*

A presidente Dilma Rousseff (PT) disse nesta quinta-feira (17) que pretende lançar até o próximo mês o Pronatec Jovem Aprendiz. O programa é uma das promessas de campanha da petista e prevê treinamento bancado pelo governo para inserir o adolescente no mercado de trabalho.

"Nós vamos multiplicar as vagas de aprendizagem, permitindo que a micro e pequena empresa e o microempreendedor individual tenham jovens adquirindo experiência profissional e adquirindo também formação do Pronatec", afirmou Dilma.

O Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) foi criado em 2011. A meta é oferecer cursos de educação profissional e tecnológica com mensalidades gratuitas, bancadas pelo governo federal junto a instituições privadas ou na rede federal de ensino.

De acordo com discurso de Dilma no evento de celebração da marca de 5 milhões de Microempreendedores Individuais (MEIs), que ocorreu no Palácio do Planalto, a meta é da nova versão do Pronatec é atender adolescentes a partir dos 14 anos matriculados no ensino regular.

"Com a qualificação do Pronatec Aprendiz, o governo custeia esse treinamento do aprendiz, que de outra forma a micro e a pequena empresa, e o microempreendedor individual, (...) não teria condições de fazê-lo", explicou Dilma.

"Tendo, dentro da micro e pequena empresa e com microempreendedor individual uma proteção, um apoio e um suporte, sendo acolhido na micro e pequena empresa, nós teremos de fato, a oportunidade de prevenir a atuação do jovem como só tendo como alternativa a violência ou, muitas vezes, sendo levado indevidamente, pelos adultos, a praticar crimes", afirmou.

Posição contra redução da maioria

Durante o evento, Dilma voltou a se posicionar contra a redução da maioria penal. A presidente defendeu medidas alternativas, em vez de "aprofundar a exclusão" com a "simples redução" da maioria.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Em tempos em que o debate sobre nossa juventude está colocado, em tempos onde se propõe a redução da maioria penal, em vez de a gente aprofundar a exclusão com algumas ações que se mostraram nas sociedades desenvolvidas pouco eficientes, com a pura e simples redução, nós preferimos trabalhar alterando de fato a legislação, atribuindo penalidades para o adulto que envolver crianças em atos da sua quadrilha, ou mesmo alterando o ECA apenas e tipificando o que aconteceria com situações em que se pratica os chamados crimes hediondos", disse.

"Acredito que esse programa Pronatec Jovem Aprendiz oferece o caminho da prevenção e, ao oferecer o caminho da prevenção, ele cria um passaporte para os jovens, não rumo ao mundo carcerário, mas em direção ao mundo da educação, o mundo do trabalho e o mundo das oportunidades", afirmou Dilma.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 18/06/2015
Assunto: Inadimplência		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Dívida do brasileiro com educação é menor que em outros setores, diz SPC

*Desde 2012 a inadimplência não era menor que em outros setores.
No setor, gastos com ensino médio representam 43% do total.*

A inadimplência no segmento educação ficou abaixo do verificado em outros setores da economia no mês de maio, de acordo com levantamento do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) divulgado nesta quarta-feira (17) com exclusividade pelo G1.

De acordo com o levantamento, é a primeira vez desde 2012 que o setor educação fica abaixo da média geral.

O levantamento aponta que a diminuição na quantidade de dívidas no setor educação também é menor que em outros setores mesmo se considerado o acumulado do ano.

A economia está ruim e as famílias estão com a renda menor. Quando isso acontece, todos [os membros da família] voltam ao mercado de trabalho"

Marcela Kawauti,

economista-chefe do SPC Brasil

Especialista avalia retorno ao mercado

"A economia está ruim e as famílias estão com a renda menor. Quando isso acontece, todos [os membros da família] voltam ao mercado de trabalho", explica Marcela Kawauti, economista-chefe do SPC Brasil.

A economista explica que os jovens universitários estão buscando meios próprios para pagar as faculdades e isso ajuda a diminuir a inadimplência.

Mesmo em queda, Marcela ressalta que o índice ainda é alto.

"Vimos a inadimplência crescer muito forte até o final do ano passado, mas agora em maio está em queda. Isso não quer dizer que a inadimplência está comportada, mas sim que ela está caindo de uma base muito alta, já que vinha crescendo acima de 15% em 2013 e 2014".

Vimos a inadimplência crescer muito forte até o final do ano passado, mas agora em maio está em queda. Isso não quer dizer que a inadimplência está comportada, mas sim que ela está caindo de uma base muito alta, já que vinha crescendo acima de 15% em 2013 e 2014"



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Marcela Kawauti

Educação x outros setores

No total dos outros setores, houve aumento acumulado nos cinco primeiros meses do ano de 4,63% nas dívidas. Em educação, o aumento foi de 0,87%.

No mesmo período do ano passado, os percentuais eram 3,29% (outros setores) contra 8,10%.

Segundo a análise do SPC, apesar do setor educação, houve piora significativa nos índices da inadimplência geral.

Para a empresa, isso é resultado da pressão exercida pela inflação, aumento da taxa de juros e piora de indicadores econômicos, como renda e emprego.

Dívida é maior no Ensino Superior

Enquanto o número de dívidas no país aumentou 6,70% na comparação anual, o número de dívidas no segmento educação cresceu 4,29%. No setor, os estudantes de nível superior respondem por 43,48% do total de dívidas no seguimento.

Em segundo lugar vêm outras atividades de ensino (33,70%) e por fim a educação de ensino infantil, fundamental e médio (15,04%).

"O número de pendências com instituições de Ensino Superior é quase três vezes maior que o número de pendências com instituições de Ensino Básico. Isso se explica pelo fato de que as matrículas em escolas privadas do fundamental e médio concentram extratos de renda mais elevados, ao passo que o Ensino Superior tornou-se mais acessível à população com menor renda", explica o levantamento.

Entretanto, a análise aponta para um decréscimo da inadimplência no ensino superior. No acumulado de janeiro a maio em 2014, o crescimento das dívidas não pagas foi de 16,8%. No mesmo período deste ano, o segmento teve uma variação negativa de -2,5%.

Em busca de financiamento

Uma das alternativas para quem busca ensino privado é o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), do Ministério da Educação. Entretanto, neste ano ele sofreu uma série de mudanças com a implantação de novas regras no início do ano.

A economista-chefe do SPC, Marcela Kawauti, esclarece que isso não foi o suficiente para fazer o total da inadimplência no ensino superior crescer.

"O Fies ainda representa uma pequena parte de um total [do ensino superior]", esclarece a economista.

A estudante Nathalia Campos não conseguiu se inscrever no Fies deste ano. No início do semestre, ela pegou um empréstimo no banco para pagar as duas primeiras mensalidades do curso de medicina na Faculdade Brasileira (MultiVix), em Vitória. Mas sem o financiamento estudantil, ela adquiriu uma dívida de quase R\$ 40 mil com o banco e a instituição de ensino.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Vou ter que pagar o semestre inteiro. Não me deram desconto, só mais tempo para pagar", conta Nathalia. A estudante conseguiu a ajuda de um tio para pagar quatro mensalidades da faculdade, mas sem o Fies ela não terá condições de continuar estudando. "Vou esperar pelo Fies, mas se não conseguir, vou ter que trancar".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 18/06/2015
Assunto: Recursos		Página: Online



MEC vai liberar R\$ 180 milhões para escolas no Mais Educação

O Ministério da Educação vai liberar R\$ 180 milhões para escolas cadastradas no programa Mais Educação que tenham menos de R\$ 5 mil em conta. O anúncio foi feito pelo ministro Renato Janine Ribeiro na tarde de terça-feira, durante a abertura do 15.º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que ocorre no município de Mata de São João, na Bahia.

Em sua fala, Janine Ribeiro reiterou a importância em focar em pontos específicos da educação. "Sabemos de todos os nossos desafios, mas temos alguns focos, como as creches, que precisamos construir mais, e a alfabetização, por exemplo. É chocante saber que temos crianças no Brasil que chegam aos oito anos sem saber ler ou escrever", disse.

O ministro também destacou a formação dos professores e diretores. "Nós temos de lutar para ter alfabetizadores devidamente formados. Isso envolve muito esforço para formação iniciada e continuada de professores", lembrou.

Mesmo em ano de ajuste fiscal, o ministro acredita que é possível seguir avançando com a educação, mas, para isso, é preciso uma melhor gestão. "Esse é um ano difícil e temos de aprimorar a gestão, usar a inteligência de que dispomos. E pensar melhor nos projetos e programas", finalizou.

O Fórum, que segue até sexta-feira, 19, tem como tema O papel dos Dirigentes Municipais de Educação na implementação do Sistema Nacional de Educação e conta com a presença de gestores e técnicos das secretarias municipais de educação. O encontro é transmitido em tempo real, via internet, com tradução para língua brasileira de sinais (Libras). Para acompanhar a transmissão, basta acessar o portal da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Integral – O Programa Mais Educação é uma estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular para a educação integral.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 18/06/2015
Assunto: Prova Brasil		Página: Online



Inep apresenta portal que vai explicar a Prova Brasil

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vai lançar em agosto o portal Devolutivas, que vai explicar os resultados da Prova Brasil. O site disponibilizará os itens da prova com comentários e explicações sobre o que o aluno errou ou acertou. O portal foi apresentado no dia 16 pelo presidente do Inep, Francisco Soares, no 15.º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

"O que o portal faz é traduzir a Prova Brasil", disse Soares. "A gente imagina que a plataforma vai virar uma plataforma de trabalho. Os professores vão ler e vão ter sugestões. O que a gente espera é que vire uma forma de diálogo na escola para análise das provas".

Inicialmente o portal estará voltado para o ensino fundamental. A Prova Brasil é aplicada ao quinto ano e ao nono ano do ensino fundamental. A avaliação é um dos componentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), além dos dados de aprovação escolar.

"Foi criado o Ideb e, de repente, todo mundo teve que considerar o Ideb. O que a gente está fazendo agora é dizer o que é Ideb alto, médio ou baixo em termos de aprendizado do aluno, essa é a novidade", acrescentou Soares. Segundo ele, as explicações vinculam cada item cobrado na prova com o currículo ensinado na sala de aula. De acordo com o Inep, a plataforma mostrará os resultados da Prova Brasil tal como divulgado no boletim da escola, ou seja, será possível selecionar a escola e visualizar em um gráfico a distribuição dos alunos nos níveis de proficiência de cada área ou etapa avaliada. Também será possível comparar essa distribuição com a de escolas similares.

O Inep já discutia formas de melhorar a divulgação dos resultados da Prova Brasil. No ano passado, houve novidades na divulgação dos resultados da prova de 2013. O boletim divulgado pelo Inep mostrava o percentual de estudantes na escola, no estado e no país em cada um de dez níveis de proficiência. A quantidade de níveis varia de acordo com a série e com a disciplina avaliada. As escolas puderam consultar a interpretação pedagógica dos níveis de desempenho. Além disso, puderam comparar o desempenho com escolas próximas e com nível socioeconômico semelhante.

O portal será lançado em agosto, durante reunião da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 18/06/2015
Assunto: Piso		Página: Online



MEC VAI CRIAR FÓRUM PARA ACOMPANHAR PISO SALARIAL DOS PROFESSORES

Objetivo é que seja criado um portal onde se possa consultar dados de todo o país de cumprimento ou não do piso

Fonte: Agência Brasil

O Ministério da Educação (MEC) vai publicar no próximo dia 24 duas portarias que avançam no cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE). A data marca um ano de vigência do plano e o fim do primeiro prazo estipulado na lei. As portarias criam o fórum de acompanhamento do piso salarial dos professores e uma comissão, com representantes de estados, municípios e da União, para tratar das metas do plano. O anúncio foi feito no 15º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, pelo secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC, Binho Marques.

O PNE foi sancionado na íntegra pela presidenta Dilma Rousseff após quase quatro anos de tramitação no Congresso Nacional. A lei estabelece metas e estratégias para melhorar a educação nos próximos dez anos. Entre elas, estão a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar dos 4 aos 17 anos. Está também o investimento de pelo menos 10% do Produto Interno Bruto até o fim da vigência.

O fórum de acompanhamento do piso vai ser formado pelo MEC, pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) - que representam os estados -, e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Por lei, o piso salarial dos professores é ajustado anualmente. Atualmente está em R\$ 1.917,78.

"Se você quiser saber hoje quem paga o piso, ninguém sabe. Porque nós não temos um acordo nem sobre os conceitos. Como é a hora-atividade, como funciona? Ninguém sabe", diz Marques. Segundo ele, a intenção é que seja criado um portal onde se possa consultar dados de todo o país de cumprimento ou não do piso salarial. "A gente vai ter reuniões regulares para atualizar a informação de quem paga e quem não paga e para discutir assuntos relacionados ao piso. Por exemplo, ninguém concorda com o



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

modelo atual [de cálculo do reajuste], mas não temos consenso quanto a um modelo", acrescenta.

A criação do fórum está prevista no PNE e o prazo para que isso seja feito é de um ano. Perguntado se o governo deixou para a última hora, o secretário diz que a questão está sendo discutida há mais tempo.

Além do fórum, será criada uma instância para discutir o PNE com estados, municípios e a União. "Como somos uma federação, sem um sistema nacional, todo mundo tem muita autonomia, mas é uma autonomia que beira a soberania e isso não é bom porque a gente não consegue trabalhar de maneira articulada. Todo sistema nacional que se preze tem uma comissão tripartite. É uma instância de pactuação entre governo estadual, municipal e federal", diz. A instância servirá de base para a criação de um Sistema Nacional de Educação, articulando os três entes, que também é previsto no PNE e deve ser criado até meados do ano que vem.

As portarias, segundo o secretário, serão publicadas no dia 24, quando o PNE completa um ano de vigência. "É um ato de comemoração do primeiro ano do plano, que para nós é uma grande vitória", diz.

Outros pontos deverão avançar. Também no dia 24, o governo, segundo Marques, vai fazer uma audiência para discutir uma política de formação de professores. Pelo PNE, no dia, termina o prazo para garantir a política de formação docente. Em seis meses deve começar a ser discutido o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), mecanismo criado pela Campanha Nacional de Direito à Educação para medir quanto é necessário por aluno para garantir a qualidade na educação básica. Pela lei, o CAQi deve ser implementado até o ano que vem, com dois anos de vigência do plano.

Para o coordenador da campanha, rede que envolve mais de 200 grupos e entidade no país, Daniel Cara, o governo não trabalhou com seriedade no plano e pouco se avançou em direção ao cumprimento. "Esse é o aspecto que fica evidente. O governo tinha que ter chamado a sociedade, inclusive, porque esse é um princípio do plano, há um ano atrás, para discutir o planejamento para cumprir cada uma das metas. Isso não foi feito. Agora lança uma série de medidas e diz que está cumprindo com algo que para ser sério deveria ter sido feito muito antes".

O 15º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação começou ontem (16) e vai até sexta-feira (19), no município Mata de São João (BA). Participam 1.687 representantes de 1.067 municípios.